

Termo de Referência 2/2023

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2023	152757-INSTITUTO FEDERAL DO RN - CAMPUS NOVA CRUZ	SALMON CARLOS VITORINO	22/11/2023 16:09 (v 2.2)
Status	PUBLICADO		

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
Locação de Imóveis		23426.001214.2022-11

1. Definição do objeto

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Contratação de empresa terceirizada na prestação de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e apoio administrativo em geral, incluindo materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e atendendo necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Núcleo Leste/Agreste, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

GRUPO 1 - PARNAMIRIM

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MENSAL)	QUANTIDADE (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR TOTAL (MENSAL)
1	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	3	36	R\$ 6.625,22	R\$19.875,66
2	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$4.257,90	R\$ 4.257,90

Planilha Resumo Parnamirim

ITEM/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
1 (Grupo 1) / Auxiliar de Manutenção Predial	3	R\$19.875,66	R\$ 238.507,92
2 (Grupo 1) / Jardineiro	1	R\$ 4.257,90	R\$ 51.094,80

**ITEM 3 - NOVA CRUZ**

3	Porteiro Desarmado (CBO 5174-10)	8729	Posto de Serviço	4	48	R\$ 3.958,02	R\$15.832,06
---	-------------------------------------	------	---------------------	---	----	--------------	--------------

**GRUPO 2 - NOVA CRUZ**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MENSAL)	QUANTIDADE (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR TOTAL (MENSAL)
4	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	2	24	R\$ 5.237,33	R\$10.474,66
5	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
6	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$ 4.254,89	R\$ 4.254,89
7	Pedreiro (CBO 7152- 10)	22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03

**Planilha Resumo Nova Cruz**

ITEM/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Item 3 / Porteiro	4	R\$15.832,06	R\$ 189.984,96
1 (Grupo 2) / Auxiliar de Manutenção Predial	2	R\$10.474,66	R\$ 125.695,92
2 (Grupo 2) / Eletricista	1	R\$ 6.713,89	R\$ 80.566,68
3 (Grupo 2) / Jardineiro	1	R\$ 4.254,89	R\$ 51.058,68
4 (Grupo 2) / Pedreiro	1	R\$ 5.584,03	R\$ 67.008,36

**ITEM 8 - CANGUARETAMA**

8	Porteiro Desarmado (CBO 5174-10)	8729	Posto de Serviço	2	24	R\$ 3.966,78	R\$7.933,56
---	--	------	---------------------	---	----	--------------	-------------

**GRUPO 3 - CANGUARETAMA**

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MENSAL)	QUANTIDADE (ANUAL)	VALOR TOTAL (MENSAL)
------	---------------	--------	-------------------------	------------------------	-----------------------	----------------------------

						VALOR UNITÁRIO POR POSTO	
9	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	3	36	R\$ 6.687,81	R\$20.063,43
10	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
11	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	2	24	R\$ 4.254,89	R\$ 8.509,78
12		22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03
13	Técnico em Refrigeração (CBO 7257-05)	2801	Posto de Serviço	1	12	R\$11.092,04	R\$11.092,04

## Planilha Resumo Canguaretama

ITEM/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Item 8 / Porteiro Desarmado	2	R\$ 7.933,56	R\$ 95.202,72
1 (Grupo 3) / Auxiliar de Manutenção Predial	3	R\$ 20.063,43	R\$ 240.761,16
2 (Grupo 3) / Eletricista	1	R\$ 6.713,89	R\$ 80.566,68
3 (Grupo 3) / Jardineiro	2	R\$ 8.509,78	R\$ 102.117,36
4 (Grupo 3) / Pedreiro	1	R\$ 5.584,03	R\$ 67.008,36
5 (Grupo 3) / Técnico em Refrigeração	1	R\$ 11.092,04	R\$ 133.104,48

## ITEM 14 - SÃO PAULO DO POTENGI

14	Porteiro Desarmado (CBO 6220-10)	8729	Posto de Serviço	2	24	R\$ 3.958,02	R\$ 7.916,03
----	----------------------------------	------	------------------	---	----	--------------	--------------

## GRUPO 4 - SÃO PAULO DO POTENGI

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNIDADE DE MEDIDA	QUANTIDADE (MENSAL)	QUANTIDADE (ANUAL)	VALOR UNITÁRIO POR POSTO	VALOR TOTAL (MENSAL)
15	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	2	24	R\$ 5.237,33	R\$10.474,66
16	Copeira (CBO 5134-25)	14397	Posto de Serviço	1	12	R\$ 3.938,45	R\$ 3.938,45
17	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
18	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$ 4.254,89	R\$ 4.254,89
19	Pedreiro (CBO 7152-10)	22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03

## Planilha Resumo São Paulo do Potengi

ITEM/DESCRIÇÃO	QUANTIDADE POR MÊS	VALOR MENSAL	VALOR ANUAL
Item 14 / Porteiro Desarmado	2	R\$ 7.916,03	R\$ 94.992,48
1 (Grupo 4) / Auxiliar de Manutenção Predial	2	R\$ 10.474,66	R\$ 125.695,92
2 (Grupo 4) / Copeira	1	R\$ 3.938,45	R\$ 47.261,40
3 (Grupo 4) / Eletricista	1	R\$ 6.713,89	R\$ 80.566,68
4 (Grupo 4) / Jardineiro	1	R\$ 4.254,89	R\$ 51.058,68
5 (Grupo 4) / Pedreiro	1	R\$ 5.584,03	R\$ 67.008,36

## TABELA CONSOLIDADA

ITEM	GRUPO	CAMPUS	ESPECIFICAÇÃO	CATSER	UNID. DE MEDIDA	QUANT. (Mensal)	QUANT. (Anual)	VALOR UNITÁRIO (Por posto)	VALOR TOTAL (Mensal)
1	G1	Parnamirim	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	3	36	R\$ 6.625,22	R\$19.875,66
2		Parnamirim	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$4.257,90	R\$ 4.257,90
3	---	Nova Cruz	Porteiro Desarmado (CBO 5174-10)	8729	Posto de Serviço	4	48	R\$ 3.958,02	R\$15.832,06
4	G2	Nova Cruz	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	2	24	R\$ 5.237,33	R\$10.474,66
5		Nova Cruz	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
6		Nova Cruz	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$ 4.254,89	R\$ 4.254,89
7		Nova Cruz	Pedreiro (CBO 7152-10)	22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03
8	---	Canguaretama	Porteiro Desarmado (CBO 5174-10)	8729	Posto de Serviço	2	24	R\$ 3.966,78	R\$7.933,56
9	G3	Canguaretama	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	3	36	R\$ 6.687,81	R\$20.063,43
10		Canguaretama	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
11		Canguaretama	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	2	24	R\$ 4.254,89	R\$ 8.509,78
12		Canguaretama	Pedreiro (CBO 7152-10)	22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03
13		Canguaretama	Técnico em Refrigeração (CBO 7257-05)	2801	Posto de Serviço	1	12	R\$11.092,04	R\$11.092,04

14	---	São Paulo do Potengi	Porteiro Desarmado (CBO 6220-10)	8729	Posto de Serviço	2	24	R\$ 3.958,02	R\$ 7.916,03
15	G4	São Paulo do Potengi	Auxiliar de Manutenção Predial (CBO 5143-10)	25631	Posto de Serviço	2	24	R\$ 5.237,33	R\$10.474,66
16		São Paulo do Potengi	Copeira (CBO 5134-25)	14397	Posto de Serviço	1	12	R\$ 3.938,45	R\$ 3.938,45
17		São Paulo do Potengi	Eletricista (CBO 7156-15)	14354	Posto de Serviço	1	12	R\$ 6.713,89	R\$ 6.713,89
18		São Paulo do Potengi	Jardineiro (CBO 6220-10)	24325	Posto de Serviço	1	12	R\$ 4.254,89	R\$ 4.254,89
19		São Paulo do Potengi	Pedreiro (CBO 7152-10)	22160	Posto de Serviço	1	12	R\$ 5.584,03	R\$ 5.584,03

1.1.1 No contexto do presente Termo de Referência, apresentamos a seguir uma tabela detalhada contendo os Códigos Brasileiros de Ocupações (CBO) pertinentes ao escopo da contratação. Esta tabela visa estabelecer uma clara compreensão das funções e responsabilidades associadas a cada cargo, garantindo assim a adequada prestação dos serviços requeridos.

1.1.2 A tabela delinea não apenas os títulos dos cargos, mas também uma descrição sumária de suas atividades principais, proporcionando uma visão abrangente das competências e habilidades esperadas dos profissionais a serem contratados. Esta organização é fundamental para assegurar que os licitantes estejam plenamente cientes das exigências e expectativas associadas ao contrato em questão.

1.1.3 Recomenda-se que os proponentes analisem cuidadosamente as informações apresentadas, garantindo que suas propostas estejam alinhadas com as necessidades especificadas e que os profissionais indicados para a execução dos serviços possuam as competências e experiências necessárias para cada função.

1.1.4 Segue a tabela com os respectivos Códigos Brasileiros de Ocupações (CBO), títulos dos cargos e suas descrições sumárias:

CBO	Cargo /Título	Descrição	Descrição Sumária
5143-10	Auxiliar de manutenção predial	Auxiliar de manutenção de edificações, Auxiliar de manutenção elétrica e hidráulica.	Executam serviços de manutenção elétrica, mecânica, hidráulica, carpintaria e alvenaria, substituindo, trocando, limpando, reparando e instalando peças, componentes e equipamentos. Conservam vidros e fachadas, limpam recintos e acessórios e tratam de piscinas. Trabalham seguindo normas de segurança, higiene, qualidade e proteção ao meio ambiente.
6220-10	Jardineiro	Jardineiro (árvores para ornamentação urbana), Regador - na cultura, Trabalhador do plantio e trato de árvores ornamentais.	Colhem policulturas, derriçando café, retirando pés de feijão, leguminosas e tuberosas, batendo feixes de cereais e sementes de flores, bem como cortando a cana. Plantam culturas diversas, introduzindo sementes e mudas em solo, forrando e adubando-as com cobertura vegetal. Cuidam de propriedades rurais. Efetuam preparo de mudas e sementes.
5174-10	Porteiro de edifícios	Guariteiro, Porteiro, Porteiro industrial	Recepcionam e orientam visitantes e hóspedes. Zela pela guarda do patrimônio observando o comportamento e movimentação de pessoas para prevenir perdas, evitar incêndios, acidentes e outras anormalidades. Controlam o fluxo de pessoas e veículos identificando-os e encaminhando-os aos locais desejados. Recebem mercadorias, volumes diversos e correspondências.
		Ajudante de eletricista, Eletricista auxiliar, Eletricista de instalações (iluminação a gás neon), Eletricista de instalações	Planejam serviços elétricos, realizam instalação de distribuição de alta e baixa tensão. Montam e reparam

7156-15	Eletricista d e instalações	(semáforos), Eletricista de instalações elétricas e equipamentos auxiliares em instalações elétricas de minas, Eletricista de residências, estabelecimentos industriais, comerciais e instalações industriais, Eletricista de serviços. Instalam e reparam equipamentos de planejamento de instalações elétricas, iluminação de cenários ou palcos. Instalador de antenas de televisão.
7152-10	Pedreiro	Entaipador, Entijolador, Estucador, Pedreiro de acabamento, Pedreiro de Organizam e preparam o local de trabalho na obra; concreto, Pedreiro de fachada, Pedreiro de constroem fundações e estruturas de alvenaria. manutenção e conservação, Pedreiro de Aplicam revestimentos e contrapisos. reforma geral
7257-05	Mecânico d e refrigeração	Montador de instalação de calefação, ventilação e refrigeração, <u>Técnico de refrigeração</u> (instalação). Avaliam e dimensionam locais para instalação de equipamentos de refrigeração, calefação e ar - condicionado. Especificam materiais e acessórios e instalam equipamentos de refrigeração e ventilação. Instalam ramais de dutos, montam tubulações de refrigeração, aplicam vácuo em sistemas de refrigeração. Carregam sistemas de refrigeração com fluido refrigerante.

1.2. O(s) serviço(s) objeto desta contratação são caracterizados como comum(ns), pois as exigências de prestação não requerem especificidades e/ou alta complexidade na sua execução, bem como os postos contratados são habituais no mercado.

1.3. O prazo de vigência da contratação é de 1 (um) ano contados do(a) assinatura do contrato ou instrumento equivalente, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.4. O serviço é enquadrado como continuado tendo em vista que sua frequência permite manter boas condições da estrutura do prédio utilizado por discentes, servidores, terceirizados e outros usuários, bem como atuação célere em momentos de imprevistos que podem surgir, sendo a vigência plurianual mais vantajosa considerando o Estudo Técnico Preliminar.

1.5 Será adotado o Sistema de Registro de Preços (SRP) consoante as regras gerais apresentadas nos art. 82 a art. 86 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e conforme preconiza o Art. 3º do DECRETO Nº 11.462, DE 31 DE MARÇO DE 2023.

1.5.1 O SRP será adotado pelos seguintes motivos: Contratações permanentes ou frequentes; contratação de serviços que contemplam postos de trabalho e atendimento a mais de um órgão.

1.5.2 Será permitida a adesão à Ata de Registro de Preços por todos os órgãos da Administração Pública que desejarem fazer uso da mesma, desde que autorizada pelo Órgão Gerenciador e aceita pelo fornecedor.

1.5.3 Essa permissão tem como objetivo facilitar contratações; economizar recursos e agilizar necessidades identificadas, desde que o ato de aderir seja vantajoso para a Administração Pública.

1.6 O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## 2. Fundamentação da contratação

### 2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2023, conforme detalhamento a seguir:

### NOVA CRUZ

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000003/2023

II) Data de publicação no PNCP: 19/05/2023

III) Id do item no PCA: 125

IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOAL

V) Identificador da Futura Contratação: 152757-30/2023

#### **CANGUARETAMA**

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

III) Id do item no PCA: 6

IV) Classe/Grupo: 851 - SERVIÇOS DE AGÊNCIAS DE EMPREGOS E FORNECIMENTO DE PESSOA

V) Identificador da Futura Contratação: 154839-3/2022

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000006/2023

II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

III) Id do item no PCA: 8

IV) Classe/Grupo: 979 - OUTROS SERVIÇOS DIVERSOS/MISCELÂNEA

V) Identificador da Futura Contratação: 154839-3/2022

#### **PARNAMIRIM**

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000002/2023

II) Data de publicação no PNCP: 13/02/2023

III) Id do item no PCA: 13

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 152756-19/2022

#### **SÃO PAULO DO POTENGI**

I) ID PCA no PNCP: 10877412000168-0-000007/2023

II) Data de publicação no PNCP: 11/05/2023

III) Id do item no PCA: 16

IV) Classe/Grupo: 545 - TIPOS ESPECIAIS DE SERVIÇOS DE CONSTRUÇÃO

V) Identificador da Futura Contratação: 154840-3/2022

### 3. Descrição da solução

#### 3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

### 4. Requisitos da contratação

#### 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

##### Sustentabilidade:

4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1. A contratada deverá implementar e auxiliar ações no intuito de desenvolver sem esgotar recursos para o futuro, sendo assim, deve se atentar ao adequado uso de produtos com menor impacto ambiental; equipamentos e ferramentas que sejam otimizados em seu funcionamento e que não causem impetuosidade, além fornecimento de insumos que ofereçam menor dano.

4.1.2. Orientar funcionários da empresa na adoção de práticas que reduzem os desperdícios.

4.1.3. Fornecer equipamentos de proteção individual e coletiva que respeitem normas de segurança e de sustentabilidade.

##### Subcontratação

4.2. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

##### Garantia da contratação

4.3. Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual e condições descritas nas cláusulas do contrato.

4.4. Em caso opção pelo seguro-garantia, a parte adjudicatária terá prazo de um mês, contado da data de homologação da licitação, para sua apresentação, que deve ocorrer antes da assinatura do contrato.

4.5. A garantia, nas modalidades caução e fiança bancária, deverá ser prestada em até 10 dias úteis após a assinatura do contrato.

##### Vistoria

4.6. A avaliação prévia do local de execução dos serviços é imprescindível para o conhecimento pleno das condições e peculiaridades do objeto a ser contratado, sendo assegurado ao interessado o direito de realização de vistoria prévia, acompanhado por servidor designado para esse fim, de segunda à sexta-feira, das 08:00 horas às 15:00 horas.

4.7. Serão disponibilizados data e horário diferentes aos interessados em realizar a vistoria prévia.

4.7.1 . Para agendar a vistoria, os interessados devem enviar um e-mail para os endereços correspondentes a cada localidade:

4.7.1.1 Para a localidade de Parnamirim: diad.par@ifrn.edu.br

4.7.1.2 Para a localidade de Canguaretama: diad.cang@ifrn.edu.br

4.7.1.3 Para a localidade de Nova Cruz: diad.nc@ifrn.edu.br

4.7.1.4 Para a localidade de São Paulo do Potengi: diad.spp@ifrn.edu.br

4.7.2 Deverá o interessados especificar no e-mail o nome da empresa, o CNPJ, o nome do representante que realizará a vistoria e uma lista de datas e horários preferenciais. A confirmação da data e horário da vistoria será comunicada por e-mail em resposta à solicitação.



4.8. Para a vistoria, o representante legal da empresa ou responsável técnico deverá estar devidamente identificado, apresentando documento de identidade civil e documento expedido pela empresa comprovando sua habilitação para a realização da vistoria.

4.8.1. O prazo para vistoria iniciar-se-á no dia útil seguinte ao da publicação do Edital, estendendo-se até o dia útil anterior à data prevista para a abertura da sessão pública.

4.8.2. O ANEXO III deste Termo de Referência apresenta o modelo de Termo de Vistoria ou Renúncia.

4.9. A não realização da vistoria não poderá embasar posteriores alegações de desconhecimento das instalações, dúvidas ou esquecimentos de quaisquer detalhes dos locais da prestação dos serviços, devendo o contratado assumir os ônus dos serviços decorrentes.

4.10. Caso a empresa opte por não realizar a vistoria prévia, será necessário a assinatura de um Termo de Responsabilidade. Este termo deve declarar que a empresa possui pleno conhecimento e entendimento das características, condições e especificidades do local de prestação dos serviços. O Termo de Responsabilidade não exime a empresa contratada de cumprir integralmente com todas as obrigações contratuais, independentemente de ter realizado ou não a vistoria prévia.

## 5. Modelo de execução do objeto

### 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

#### Condições de Execução

5.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

5.1.1. Início da execução do objeto: Até 15 dias transcorridos da assinatura do contrato OU da emissão da ordem de serviço OU instrumento equivalente.

5.1.1.2 Serviço continuado, com fornecimento de equipamentos, ferramentas, materiais e mão de obra em regime de dedicação exclusiva totalizando 44 horas semanais por funcionário;

5.1.1.3 A CONTRATADA deverá fornecer uniformes para seus funcionários, bem como equipamentos individuais e coletivos de segurança que se fizerem necessários para a execução dos serviços.

5.1.1.4 A maior parte dos serviços serão prestados em dias úteis, de segunda a sexta, com horário variável de início e encerramento, com jornada de trabalho de 44 (quarenta e quatro) horas semanais.

5.1.1.4.1 O horário de atividades regulares dos campi ocorre, geralmente, de segunda à sexta-feira, das 06:00 horas às 22:00 horas. Em alguns casos, devido especificidades, existe a possibilidade da prestação do serviço também aos sábados.

5.1.1.5 O horário de prestação dos serviços dependerá das particularidades e necessidades de cada participante da licitação, sendo facultada essa decisão no acordo firmado entre as partes envolvidas no contrato, inclusive nas situações de flexibilizar escala para tornar a execução contratual mais eficiente, porém a solicitação da contratante é soberana caso existam conflitos de interesses, sendo respeitadas todas as normas regulatórias da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT).

5.1.1.6 .O licitante deverá apresentar, junto aos demais documentos de habilitação, declaração de que possui os documentos infrarrelacionados ou de que reunirá condições de apresentá-los no momento da assinatura do contrato:

- Declaração que instalará escritório na cidade de execução do serviço ou em um raio máximo de até 100km da cidade onde se realizarão os serviços, caso não tenha sede, filial ou escritório na cidade em questão, dispondo de capacidade operacional para receber e solucionar qualquer demanda da CONTRATANTE, bem como realizar todos os procedimentos pertinentes à seleção, treinamento, admissão e demissão dos funcionários;
- Programa de Prevenção de Riscos Ambientais — PPRA;
- Programa de Controle Médico em Saúde Ocupacional — PCMSO

5.1.1.7 A CONTRATADA deve colocar à disposição mão-de-obra empregada nos serviços com os seguintes requisitos mínimos:

- Estar em dia com as obrigações eleitorais e militares;
- Ter curso de formação ou experiência comprovada na área de atuação;
- Possuir atestado de sanidade física e mental e de bons antecedentes;

- Possuir o ensino fundamental completo como escolaridade mínima, para que seja possível ler os rótulos dos materiais que devem ser utilizados cotidianamente, além de conseguir ler e interpretar materiais escritos de capacitação ou comunicados, avisos ou advertências que a empresa faça a(o) mesma(o).

5.1.2. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:

5.1.2.1 Os profissionais de manutenção predial devem atuar de forma preventiva e realizar constantes ações no intuito de diminuir riscos, manter as boas condições da estrutura física e consequente aumento da segurança de usuários do Instituto Federal do Rio Grande do Norte e ser eficiente nas execuções dos serviços para reduzir desperdícios e evitar a deterioração do prédio.

5.1.2.2 Os profissionais que atuam na portaria devem agir eficientemente na gestão do acesso, inclusive em aglomerações, bem como checagens cautelosas e o uso das ferramentas de controle disponibilizadas durante a execução das atribuições.

5.1.2.3 É de responsabilidade da CONTRATADA o registro e o controle do ponto dos seus funcionários, sendo sugerido que o acompanhamento seja realizado através do ponto em equipamento eletrônico biométrico, e esta deverá se responsabilizar por eventuais problemas no equipamento, inclusive as manutenções.

5.1.2.4 O controle da jornada de trabalho de cada funcionários é de responsabilidade da contratada e em nenhuma hipótese o Instituto Federal do Rio Grande do Norte (Contratante) realizará o pagamento de hora extra.

5.1.3. O cronograma de realização dos serviços será definido, após início da execução do objeto, entre a fiscalização do contrato e o preposto escolhido pela contratada como representante da empresa durante a vigência contratual.

#### **Local da prestação dos serviços**

5.2. Os serviços serão prestados no seguintes endereços:

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Nova Cruz:** Av. José Rodrigues de Aquino Filho, 640 - Alto de Santa Luzia, Nova Cruz - RN, 59215-000.

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Canguaretama:** 160 BR-101, S/N - Areia Branca, Canguaretama - RN, 59190-000.

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus Parnamirim:** R. Antônia de Lima Paiva, 155 - Nova Esperança, Parnamirim - RN, 59143-455.

**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Campus São Paulo do Potengi :** RN 120, Km 2, Novo Juremal, São Paulo do Potengi - RN, CEP: 59460-000.

#### **Rotinas a serem cumpridas**

5.3. A execução contratual observará as rotinas

5.3.1 É obrigação da contratada treinar e capacitar periodicamente seus empregados no atendimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, bem como prevenção de incêndio, práticas de redução do consumo de água, energia e redução da geração de resíduos para implementação das lições aprendidas durante a prestação dos serviços.

5.3.2 A contratada deverá realizar, semestralmente, avaliação dos funcionários contratados, bem como emitir relatório (modelo desenvolvido pela própria empresa) e enviar ao setor responsável pela fiscalização do contrato. Os comportamentos avaliados envolvem assiduidade; eficiência nas tarefas executadas; relacionamento interpessoal e proatividade.

5.3.4 A contratada deverá promover cursos de educação, prevenção, orientações em geral e demais habilidades para que o funcionário adote práticas efetivas e constantes na finalidade de redução dos riscos ao colaborador.

#### **Materiais a serem disponibilizados**

5.4. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades ~~a serem~~ estabelecidas nos anexos de materiais por Campus, promovendo sua substituição quando necessário:

5.4.1. O IFRN fará a solicitação dos materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios todo mês, até o dia 15 de cada mês. A Contratada, por sua vez, deve garantir a entrega dos materiais solicitados no prazo máximo até o dia 15 do mês subsequente.

5.4.1.1. As quantidades a serem fornecidas sob demanda são estimativas para subsidiar a composição de custo e formação de preço por parte das licitantes e serão fornecidas, repostas ou substituídas, mediante solicitação formal da fiscalização do contrato;

5.4.1.2. A quantidade anual total é o máximo que poderá ser adquirido durante 12 meses, o qual será fornecido sob demanda, mediante solicitação da contratante. Assim, o campus não é obrigado a solicitar esta quantidade neste período, nem sequer uma quantidade mínima;

5.4.1.3. A quantidade por período também representa uma estimativa. Assim, durante o contrato, a quantidade solicitada por período poderá ser menor ou maior do que a quantidade estabelecida, podendo chegar até a 0, a depender da necessidade do campus. Contudo, a quantidade fornecida por ano não poderá exceder a quantidade estabelecida por ano;

5.4.1.4. A periodicidade de fornecimento também representa uma estimativa. Por exemplo, se um item tem estimativa de fornecimento mensal, não significa que ele será fornecido todos os meses;

5.4.1.5. Durante a execução do contrato, serão rejeitados os insumos que não atendem às especificações ou cujo fornecimento não foi autorizado pela contratante. Nestes casos, o ônus da substituição será apenas da contratada, sem aumento dos custos do contrato.

5.4.2. Todos os insumos serão fornecidos pelo valor constante na proposta apresentada pela Contratada, sendo assegurada a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, nos termos da Lei 14.133/2021.

5.4.3 A Contratante poderá solicitar também insumos não previstos no contrato, caso necessário, devendo fazer a solicitação, a qualquer tempo, por e-mail, conforme segue:

5.4.3.1 Quando da solicitação de insumos não previstos nos anexos de materiais de cada Campus, a Contratante enviará e-mail a qualquer tempo, solicitando o material desejado, a Contratada, por sua vez, elaborará uma planilha com o(s) item(ns) a ser(em) adquiridos pela Contratante, contendo a descrição, unidade de fornecimento, quantidade, preços unitários e total. As tabelas SINAPI; SEINFRA-CE; ORSE-SE e CAERN, respectivamente, nessa ordem de consulta, são os parâmetros para atender os materiais não incluídos no anexo citado deste subitem.

5.4.3.2. Essa planilha será submetida à Fiscalização do contrato, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, para avaliação e realização de ajustes, se for o caso, e para a respectiva aprovação;

5.4.3.3. A Fiscalização do contrato realizará pesquisa de mercado dos itens contidos na planilha apresentada pela Contratada, a fim de aferir a vantajosidade econômica dos preços;

5.4.3.3.1. Caso o preço orçado pela Contratada seja maior que o preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada apresentará outra proposta contendo o preço médio pesquisado pela Contratante;

5.4.3.3.2. Caso o preço orçado pela Contratada seja menor ou igual ao preço médio pesquisado pela Contratante, a Contratada manterá sua proposta com base no preço orçado por ela própria;

5.4.3.4. Uma vez aprovado o orçamento, a Contratada deverá fornecer o(s) item(ns) orçado(s) em até 10 (dez) dias úteis;

5.4.3.5 Observado que não é possível o fornecimento de insumos não previstos conforme detalhamento no subitem 5.4.3.1, a seguinte dinâmica será seguida: (I) a Contratante fará a solicitação por e-mail com todas as especificações pretendidas; (II) a Contratada, por sua vez, elaborará uma planilha com o(s) item(ns) a ser(em) adquiridos pela Contratante, contendo a descrição, unidade de fornecimento, quantidade, preços unitários e total; (III) a fiscalização do contrato fará uma análise, inclusive com pesquisa de mercado, no prazo de 5 (cinco) dias úteis a contar da solicitação, no intuito de aprovar ou reprovar o orçamento pela contratada, e definirá anuência ou indeferimento da solicitação.

5.4.4. Os insumos fornecidos deverão vir acompanhados de uma nota de fornecimento para cada grupo de insumos fornecidos.

5.4.4.1. Na nota de fornecimento, deverão constar seguintes dados dos itens fornecidos: especificação, unidade de fornecimento, quantidade, valor unitário e valor total;

5.4.4.1. Em cada nota de fornecimento, também deverão ser discriminados as quantidades e o valor total, relativos a cada um dos tipos de postos (Pedreiro, auxiliar de manutenção, Eletricista etc).

5.4.4.2. A nota de fornecimento deverá ser emitida em duas vias e no ato da entrega dos insumos uma via ficará com a Contratante e a outra, com a Contratada;

5.4.4.3. Deverá(ão) ser encaminhada(s) ser encaminhadas(s), com as notas de fornecimento, cópia das solicitações de fornecimento emitidas pela fiscalização do contrato;

5.4.5. Caso sejam fornecidos insumos sob demandas, que não corresponda ao valor total mensal em material, o valor a ser pago à Contratada será calculado pela Contratante.

5.4.5.1. Será descontado do valor mensal estimado em material, conforme planilha de materiais por Campus, o valor correspondente ao que não foi solicitado e entregue;

5.4.6. Cabe ressaltar que o cumprimento dos prazos de entrega é crucial para o adequado funcionamento dos serviços de manutenção e que eventuais atrasos podem impactar adversamente a operação. Portanto, atrasos reiterados na entrega dos materiais podem ser considerados como inadimplemento contratual, sujeito às penalidades previstas no contrato.

#### **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

5.5. A demanda do órgão tem como base as seguintes características:

5.5.1. Empresa especializada para prestação de serviço de manutenção de bens móveis e imóveis e apoio administrativo;

5.5.2. As Planilhas de Custos para estabelecer o valor global da contratação foram elaboradas com base no histórico da prestação de serviços de mesma natureza e objeto existentes nos Campi, bem como documentos relativos às categorias profissionais e conforme demanda detalhada nos Documentos de Oficialização de Demanda do processo eletrônico.

5.5.3. A equipe de planejamento realizou ampla pesquisa de mercado para construir referencial de valores de materiais, equipamentos, ferramentas, EPIs e demais itens integrantes do custo global estimado do contrato.

5.6. Especificação da garantia do serviço (art. 40, §1º, inciso III, da Lei nº 14.133, de 2021) O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

#### **Uniformes**

5.7. Os uniformes a serem fornecidos pelo contratado a seus empregados deverão ser condizentes com a atividade a ser desempenhada no órgão contratante, compreendendo peças para todas as estações climáticas do ano, sem qualquer repasse do custo para o empregado, observando o disposto nos itens seguintes:

5.7.1. O uniforme deverá compreender as seguintes peças do vestuário:

5.7.1.1. A tabela detalhada dos uniformes por empregado está pormenorizada em documento anexo (Anexo II) ao Termo de Referência.

5.7.2. As peças devem ser confeccionadas com tecido e material de qualidade, seguindo ~~os seguintes~~ os parâmetros mínimos apresentados no Anexo II deste Termo de Referência.

5.7.2.1. Os conjuntos completos devem ser entregues ao empregado no início da execução do contrato, devendo ser substituído 01 (um) conjunto completo de uniforme a cada 06 (seis) meses, ou a qualquer época, no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, após comunicação escrita da CONTRATANTE, sempre que não atendam as condições mínimas de apresentação.

5.7.3. No caso de empregada gestante, os uniformes deverão ser apropriados para a situação, substituindo-os sempre que estiverem apertados;

5.7.4. Os uniformes deverão ser entregues mediante recibo, cuja cópia, devidamente acompanhada do original para conferência, deverá ser enviada ao servidor responsável pela fiscalização do contrato.

## **6. Modelo de gestão do contrato**

### **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

#### **Preposto**

6.4. A Contratada designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

6.5. A Contratada deverá manter preposto da empresa no local da execução do objeto no mínimo 2 (duas) vezes (visitas) por mês, com carga horária mínima de 3 horas em cada presença, bem como comparecer imediatamente (nos casos justificados) quando solicitado pela contratante.

6.5.1 A presença do preposto no local da execução do objeto do contrato poderá ser ampliada caso exista acordo firmado entre a contratante e contratada, visando assim a maior eficiência do acompanhamento e fiscalização dos serviços.

6.6. A Contratante poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a Contratada designará outro para o exercício da atividade.

6.7. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.8. O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

#### **Rotinas de Fiscalização**

6.9. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

##### **Fiscalização Técnica**

6.10. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);

6.11. A fiscalização técnica dos contratos deve avaliar constantemente através do Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos.

6.12. Durante a execução do objeto, fase do recebimento provisório, o fiscal técnico designado deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à contratada a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

6.13. O fiscal técnico do contrato deverá apresentar ao preposto da contratada a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

6.14. O preposto deverá por assinatura no documento, tomando ciência da avaliação realizada.

6.15. A contratada poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pelo fiscal técnico, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

6.16. Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à contratada de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

6.17. É vedada a atribuição à contratada da avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços por ela realizada.

6.18. O fiscal técnico poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

6.19. A fiscalização do contrato, ao verificar que houve subdimensionamento da produtividade pactuada, sem perda da qualidade na execução do serviço, deverá comunicar à autoridade responsável para que esta promova a adequação contratual à produtividade efetivamente realizada, respeitando-se os limites de alteração dos valores contratuais previstos na Lei n. 14.133/2021. (IN05/17 - art. 62)

6.20. A conformidade do material/técnica/equipamento a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada destes, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso. (art. 47, §2º, IN05/2017)

6.21. A fiscalização da execução dos serviços abrange, ainda, as seguintes rotinas:

6.21.1. Realização de pesquisa de satisfação com usuários do serviço;

6.21.2. Feedback no ambiente interno da Instituição.

6.21.3 Durante execução contratual, caso seja necessário, a fiscalização deverá emitir, com 15 (quinze) dias de antecedência, ordem de serviço à contratada sobre providências apropriadas para a regularidade do início de determinada atividade a ser desempenhada.

6.22. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.23. As disposições previstas neste Termo de Referência não excluem o disposto no Anexo VIII da Instrução Normativa SEGES /MP nº 05, de 2017, aplicável no que for pertinente à contratação, por força da Instrução Normativa Seges/ME nº 98, de 26 de dezembro de 2022.

6.24. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º, e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);

6.25. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);

6.26. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);

6.27. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);

6.28. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.29. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Fiscalização Administrativa**

6.30. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).

6.31. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.32. A fiscalização administrativa poderá ser efetivada com base em critérios estatísticos, levando-se em consideração falhas que impactem o contrato como um todo e não apenas erros e falhas eventuais no pagamento de alguma vantagem a um determinado empregado.

6.33. Na fiscalização do cumprimento das obrigações trabalhistas e sociais exigir-se-á, dentre outras, as seguintes comprovações:

6.33.1. No caso de empresas regidas pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT):

6.33.1.1. no primeiro mês da prestação dos serviços, a contratada deverá apresentar a seguinte documentação:

6.33.1.1.1. relação dos empregados, contendo nome completo, cargo ou função, horário do posto de trabalho, números da carteira de identidade (RG) e da inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF), com indicação dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso;

6.33.1.1.2. Carteira de Trabalho e Previdência Social (CTPS) dos empregados admitidos e dos responsáveis técnicos pela execução dos serviços, quando for o caso, devidamente assinada pela contratada;

6.33.1.1.3. exames médicos admissionais dos empregados da contratada que prestarão os serviços; e

6.33.1.2. entrega até o dia trinta do mês seguinte ao da prestação dos serviços ao setor responsável pela fiscalização do contrato dos seguintes documentos, quando não for possível a verificação da regularidade destes no Sistema de Cadastro de Fornecedores (Sicaf):

6.33.1.2.1. Certidão Negativa de Débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União (CND);

6.33.1.2.2. certidões que comprovem a regularidade perante as Fazendas Estadual, Distrital e Municipal do domicílio ou sede do contratado;

6.33.1.2.3. Certidão de Regularidade do FGTS (CRF); e

6.33.1.2.4. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

6.33.1.3. entrega, quando solicitado pelo Contratante, de quaisquer dos seguintes documentos:

6.33.1.3.1. extrato da conta do INSS e do FGTS de qualquer empregado, a critério da Administração contratante;

6.33.1.3.2. cópia da folha de pagamento analítica de qualquer mês da prestação dos serviços, em que conste como tomador a parte contratante;

6.33.1.3.3. cópia dos contracheques dos empregados relativos a qualquer mês da prestação dos serviços ou, ainda, quando necessário, cópia de recibos de depósitos bancários;

6.33.1.3.4. comprovantes de entrega de benefícios suplementares (vale-transporte, vale-alimentação, entre outros), a que estiver obrigada por força de lei ou de Convenção ou Acordo Coletivo de Trabalho, relativos a qualquer mês da prestação dos serviços e de qualquer empregado; e

6.33.1.3.5. comprovantes de realização de eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei ou pelo contrato.

6.33.1.4. entrega de cópia da documentação abaixo relacionada, quando da extinção ou rescisão do contrato, após o último mês de prestação dos serviços, no prazo definido no contrato:

6.33.1.4.1. termos de rescisão dos contratos de trabalho dos empregados prestadores de serviço, devidamente homologados, quando exigível pelo sindicato da categoria;

6.33.1.4.2. guias de recolhimento da contribuição previdenciária e do FGTS, referentes às rescisões contratuais;

6.33.1.4.3. extratos dos depósitos efetuados nas contas vinculadas individuais do FGTS de cada empregado dispensado;

6.33.1.4.4. exames médicos demissionais dos empregados dispensados.

6.33.2. Sempre que houver admissão de novos empregados pela contratada, os documentos elencados no item 6.33.1.1 acima deverão ser apresentados.

6.33.3. A Administração deverá analisar a documentação solicitada no item 6.33.1.4 acima no prazo de 30 (trinta) dias após o recebimento dos documentos, prorrogáveis por mais 30 (trinta) dias, justificadamente.

6.33.4. A cada período de 12 meses de vigência do contrato de trabalho, a contratada deverá encaminhar termo de quitação anual das obrigações trabalhistas, na forma do art. 507-B da CLT, ou comprovar a adoção de providências voltadas à sua obtenção, relativamente aos empregados alocados, em dedicação exclusiva, na prestação de serviços contratados.

6.33.5. O termo de quitação anual efetivado deverá ser firmado junto ao respectivo Sindicato dos Empregados e obedecerá ao disposto no art. 507-B, parágrafo único, da CLT.

6.33.6. Para fins de comprovação da adoção das providências a que se refere o presente item, será aceito qualquer meio de prova, tais como: recibo de convocação, declaração de negativa de negociação, ata de negociação, dentre outros.

6.33.7. Não haverá pagamento adicional pela Contratante à Contratada em razão do cumprimento das obrigações previstas neste item..

6.33.8. No caso de sociedades diversas, tais como as Organizações Sociais Civis de Interesse Público (Oscip's) e as Organizações Sociais, será exigida a comprovação de atendimento a eventuais obrigações decorrentes da legislação que rege as respectivas organizações.

6.33.9. Os documentos necessários à comprovação do cumprimento das obrigações sociais trabalhistas poderão ser apresentados em original ou por qualquer processo de cópia autenticada por cartório competente ou por servidor da Administração.

6.33.10. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento das contribuições previdenciárias, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar à Receita Federal do Brasil (RFB).

6.33.11. Em caso de indício de irregularidade no recolhimento da contribuição para o FGTS, os fiscais ou gestores de contratos de serviços com regime de dedicação exclusiva de mão de obra deverão oficializar ao Ministério do Trabalho.

6.33.12. O descumprimento das obrigações trabalhistas ou a não manutenção das condições de habilitação pelo contratado poderá dar ensejo à rescisão contratual, sem prejuízo das demais sanções.

6.33.13. A Administração contratante poderá conceder um prazo para que a contratada regularize suas obrigações trabalhistas ou suas condições de habilitação, sob pena de rescisão contratual, quando não identificar má-fé ou a incapacidade da empresa de corrigir.

6.33.14. Caso não seja apresentada a documentação comprobatória do cumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e para com o FGTS, a CONTRATANTE comunicará o fato à CONTRATADA e reterá o pagamento da fatura mensal, em valor proporcional ao inadimplimento, até que a situação seja regularizada.

6.33.15. Não havendo quitação das obrigações por parte da Contratada no prazo de quinze dias, a Contratante poderá efetuar o pagamento das obrigações diretamente aos empregados da contratada que tenham participado da execução dos serviços objeto do contrato.

6.33.16. O sindicato representante da categoria do trabalhador deverá ser notificado pela Contratante para acompanhar o pagamento das verbas mencionadas.

6.33.17. Tais pagamentos não configuram vínculo empregatício ou implicam a assunção de responsabilidade por quaisquer obrigações dele decorrentes entre a contratante e os empregados da Contratada.

6.33.18. O contrato só será considerado integralmente cumprido após a comprovação, pela Contratada, do pagamento de todas as obrigações trabalhistas, sociais e previdenciárias e para com o FGTS referentes à mão de obra alocada em sua execução, inclusive quanto às verbas rescisórias.

6.33.19. A Contratada é responsável pelos encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do contrato.

6.33.20. A inadimplência da Contratada, com referência aos encargos trabalhistas, fiscais e comerciais não transfere à Administração Pública a responsabilidade por seu pagamento.

6.33.21. A fiscalização administrativa observará, ainda, as diretrizes relacionadas no item 10 do Anexo VIII-B da Instrução Normativa nº 5, de 26 de maio de 2017, cuja incidência se admite por força da Instrução Normativa Seges/Me nº 98, de 26 de dezembro de 2022.



6.33.22. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal, o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

#### **Conta-Depósito Vinculada**

6.34. Para tratamento do risco de descumprimento das obrigações trabalhistas, previdenciárias e com FGTS por parte do contratado, as regras acerca da Conta-Depósito Vinculada a que se refere o Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017, aplicável por força do art. 1º da IN SEGES/ME nº 98, de 2022, são as estabelecidas neste Termo de Referência.

6.36. Na presente contratação, a conta-depósito vinculada é isenta de tarifas bancárias.

6.36.1 Durante a execução do contrato, caso existam alterações legais que ocasionem cobrança de tarifas bancárias, a contratada assumirá o custo integral.

6.37. O futuro contratado deve autorizar a Administração contratante, no momento da assinatura do contrato, a fazer o desconto nas faturas e realizar os pagamentos dos salários e demais verbas trabalhistas diretamente aos trabalhadores, bem como das contribuições previdenciárias e do FGTS, quando não demonstrado o cumprimento tempestivo e regular dessas obrigações, até o momento da regularização, sem prejuízo das sanções cabíveis.

6.38. Quando não for possível a realização desses pagamentos pela própria Administração (ex.: por falta da documentação pertinente, tais como folha de pagamento, rescisões dos contratos e guias de recolhimento), os valores retidos cautelarmente serão depositados junto à Justiça do Trabalho, com o objetivo de serem utilizados exclusivamente no pagamento de salários e das demais verbas trabalhistas, bem como das contribuições sociais e FGTS decorrentes.

6.39. O contratado autorizará o provisionamento de valores para o pagamento das férias, 13º salário e rescisão contratual dos trabalhadores alocados à execução do contrato, bem como de suas repercussões trabalhistas, fundiárias e previdenciárias, que serão depositados pelo contratante em conta-depósito vinculada específica, em nome do prestador dos serviços, bloqueada para movimentação, e que somente serão liberados para o pagamento direto dessas verbas aos trabalhadores, nas condições estabelecidas no item 1.5 do anexo VII-B da IN SEGES/MP n. 05/2017.

6.40. O montante dos depósitos da conta vinculada, conforme item 2 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5/2017 será igual ao somatório dos valores das provisões a seguir discriminadas, incidentes sobre a remuneração, cuja movimentação dependerá de autorização do órgão ou entidade promotora da contratação e será feita exclusivamente para o pagamento das respectivas obrigações:

6.40.1. 13º (décimo terceiro) salário;

6.40.2. Férias e um terço constitucional de férias;

6.40.3. Multa sobre o FGTS e contribuição social para as rescisões sem justa causa; e

6.40.4. Encargos sobre férias e 13º (décimo terceiro) salário.

6.40.5. Os percentuais de provisionamento e a forma de cálculo serão aqueles indicados no Anexo XII da IN SEGES/MP n. 5 /2017.

6.41. O saldo da conta-depósito será remunerado pelo índice de correção da poupança pro rata die, conforme definido em Termo de Cooperação Técnica firmado entre o promotor desta contratação e instituição financeira. Eventual alteração da forma de correção implicará a revisão do Termo de Cooperação Técnica.

6.42. Os valores referentes às provisões mencionadas neste edital Termo de Referência que sejam retidos por meio da conta-depósito deixarão de compor o valor mensal a ser pago diretamente à empresa que vier a prestar os serviços.

6.43. O contratado poderá solicitar a autorização do órgão ou entidade contratante para utilizar os valores da conta-depósito para o pagamento dos encargos trabalhistas previstos nos subitens acima ou de eventuais indenizações trabalhistas aos empregados, decorrentes de situações ocorridas durante a vigência do contrato.

6.44. Na situação do subitem acima, a empresa deverá apresentar os documentos comprobatórios da ocorrência das obrigações trabalhistas e seus respectivos prazos de vencimento. Somente após a confirmação da ocorrência da situação pela Administração, será expedida a autorização para a movimentação dos recursos creditados na conta-depósito vinculada, que será encaminhada à Instituição Financeira no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis, a contar da data da apresentação dos documentos comprobatórios pela empresa.

6.45. A autorização de movimentação deverá especificar que se destina exclusivamente para o pagamento dos encargos trabalhistas ou de eventual indenização trabalhista aos trabalhadores favorecidos.

6.46. O contratado deverá apresentar ao contratante, no prazo máximo de 3 (três) dias úteis, contados da movimentação, o comprovante das transferências bancárias realizadas para a quitação das obrigações trabalhistas.

6.47. O saldo remanescente dos recursos depositados na conta-depósito será liberado à respectiva titular no momento do encerramento do contrato, na presença do sindicato da categoria correspondente aos serviços contratados, quando couber, e após a comprovação da quitação de todos os encargos trabalhistas e previdenciários relativos ao serviço contratado, conforme item 15 do Anexo XII da IN SEGES/MP n. 05/2017.

#### **Reajuste de Preços em Sentido Amplo**

6.48 Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela CONTRATADA e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado no Termo de Contrato será repactuação, competindo à CONTRATADA justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da CONTRATANTE.

6.49 A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

6.50 O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

6.50.1 Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir dos efeitos financeiros do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;

6.50.2 Para os insumos discriminados na Planilha de Custos e Formação de Preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa): do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa;

6.50.3 Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado (insumos não decorrentes da mão de obra): a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital;

6.50.4 Nas repactuações subsequentes à primeira, o interregno de um ano será computado da última repactuação correspondente à mesma parcela objeto de nova solicitação. Entende-se como última repactuação, a data em que iniciados seus efeitos financeiros, independentemente daquela em que celebrada ou apostilada;

6.50.5 O prazo para a CONTRATADA solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação;

6.50.6 Caso a CONTRATADA não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação;

6.50.7 Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

6.50.7.1 da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;

6.50.7.2 do último reajuste aprovado por autoridade governamental ou realizado por determinação legal ou normativa, para os insumos discriminados na planilha de custos e formação de preços que estejam diretamente vinculados ao valor de preço público (tarifa);

6.50.7.3 do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

6.50.8 Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à CONTRATANTE ou à CONTRATADA proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.

6.50.9 Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

6.50.10 É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, Acordo, Convenção e Dissídio Coletivo de Trabalho.

6.50.11 A CONTRATANTE não se vincula às disposições contidas em Acordos, Dissídios ou Convenções Coletivas que tratem do pagamento de participação dos trabalhadores nos lucros ou resultados da empresa contratada, de matéria não trabalhista, de obrigações e direitos que somente se aplicam aos contratos com a Administração Pública, ou que estabeleçam direitos não previstos em lei, tais como valores ou índices obrigatórios de encargos sociais ou previdenciários, bem como de preços para os insumos relacionados ao exercício da atividade.

6.50.12 Quando a repactuação se referir aos custos da mão de obra, a CONTRATADA efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

6.50.13 Quando a repactuação solicitada pela CONTRATADA se referir aos custos sujeitos à variação dos preços de mercado (insumos não decorrentes da mão de obra), o respectivo aumento será apurado mediante a aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA/IBGE.

6.50.14 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, a CONTRATANTE pagará à CONTRATADA a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo; fica a CONTRATADA obrigada a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

6.50.15 Nas aferições finais, o índice utilizado para a repactuação dos insumos será, obrigatoriamente, o definitivo.

6.50.16 Caso o índice estabelecido para a repactuação de insumos venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

6.50.17 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente dos insumos e materiais, por meio de termo aditivo.

6.50.18 Independentemente do requerimento de repactuação dos custos com insumos, a CONTRATANTE verificará, a cada anualidade, se houve deflação do índice adotado que justifique o recálculo dos custos em valor menor, promovendo, em caso positivo, a redução dos valores correspondentes da planilha contratual.

6.50.19 Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

6.50.19.1 a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;

6.50.19.2 em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou

6.50.19.3 em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

6.50.19.4 Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

6.50.19.5 A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos

6.50.19.6 O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a CONTRATADA não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela CONTRATANTE para a comprovação da variação dos custos

6.50.19.7 As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

## 7. Critérios de medição e pagamento

### 7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

7.1. A avaliação da execução do objeto utilizará o Instrumento de Medição de Resultado (IMR), conforme previsto no Anexo I deste Termo de Referência.

7.2. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

7.2.1. não produzir os resultados acordados,

7.2.2. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

7.2.3. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

7.3. A utilização do IMR não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

7.4. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

7.4.1. Indicadores avaliados pela fiscalização de contratos no Instrumento de Medição de Resultado.

7.4.2. Efetivo atendimento do objeto contratado, sendo avaliada a qualidade da prestação e a quantidade de materiais/EPIs que foram fornecidos - se solicitados - pela contratante.

7.4.3. A Contratante reserva-se o direito de efetuar o desconto proporcional na fatura a ser paga, correspondente ao valor global pago a título de adicional noturno, em relação aos empregados da Contratada que não receberem ou receberem proporcionalmente aos dias efetivamente trabalhados o benefício previsto no Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de Maio de 1943 - Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em seu Artigo 73. Este desconto será aplicável em situações onde o serviço noturno não é requerido pela Contratante, como, por exemplo, durante as férias escolares, ou quando o empregado da Contratada estiver ausente de seu posto de trabalho durante o horário noturno. A Contratada deverá fornecer, sempre que solicitado pela Contratante, os registros de ponto dos empregados que justifiquem o pagamento do adicional noturno, comprovando a efetiva prestação de serviço no horário noturno.

#### Do recebimento

7.5. Os serviços serão recebidos provisoriamente, no prazo de 5 (cinco) dias, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo. ([Art. 140, I, a, da Lei nº 14.133](#) e [Arts. 22, X e 23, X do Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.6. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

7.7. O fiscal técnico do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico. ([Art. 22, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#)).

7.8. O fiscal administrativo do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter administrativo. ([Art. 23, X, Decreto nº 11.246, de 2022](#))

7.9. O fiscal setorial do contrato, quando houver, realizará o recebimento provisório sob o ponto de vista técnico e administrativo.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal técnico do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

7.10. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período mensal:

7.10.1. o fiscal técnico do contrato deverá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos no ato convocatório,

que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato;

7.10.2. o fiscal administrativo deverá verificar a efetiva realização dos dispêndios concernentes aos salários e às obrigações trabalhistas, previdenciárias e com o FGTS do mês anterior, dentre outros, emitindo relatório que será encaminhado ao gestor do contrato.

7.11. Será considerado como ocorrido o recebimento provisório com a entrega do termo detalhado ou, em havendo mais de um a ser feito, com a entrega do último.

7.12. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

7.13. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

7.14. O recebimento provisório também ficará sujeito, quando cabível, à conclusão de todos os testes de campo e à entrega dos Manuais e Instruções exigíveis.

7.15. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

7.16. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

7.17. Os serviços serão recebidos definitivamente no prazo de 10 (dez) dias, contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

7.17.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial, quando houver, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações, conforme regulamento (art. 21, VIII, Decreto nº 11.246, de 2022).

7.17.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

7.17.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

7.17.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização.

7.17.5. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

7.18. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

7.19. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

7.20. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## Liquidação

7.21. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do [art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022](#).

7.22. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o [inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021](#).

7.23. Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

7.23.1. o prazo de validade;

7.23.2. a data da emissão;

7.23.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

7.23.4. o período respectivo de execução do contrato;

7.23.5. o valor a pagar; e

7.23.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.24. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus à contratante;

7.25. A Nota Fiscal ou Fatura deverá ser obrigatoriamente acompanhada da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no [art. 68 da Lei nº 14.133/2021](#).

7.26. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

7.27. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

7.28. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

7.29. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

7.30. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

7.31. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até dez dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da [Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022](#).

7.32. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice [IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo](#) de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

7.33. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

7.34. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

7.35. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

7.35.1. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

7.36. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da [Lei Complementar nº 123, de 2006](#), não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 8. Critérios de seleção do fornecedor

### 8. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

#### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

8.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

8.1.1 O regime de execução do contrato será empreitada por preço global, visto que, em condições normais de execução do contrato, o pagamento será realizado com valor já determinado, bem como os quantitativos de postos de serviços já foram definidos e estabelecidos.

8.1.2 Os licitantes, quando tributados pelo regime de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS, devem cotar na planilha de custos e formação de preços (que detalham os componentes dos seus custos) as alíquotas médias efetivamente recolhidas dessas contribuições.

#### Exigências de habilitação

8.2. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

8.3. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.4. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

8.5. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

8.6. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

8.7. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

#### Habilitação fiscal, social e trabalhista

8.8. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

8.9. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da [Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014](#), do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

8.10. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

8.11. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

8.12. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

8.13. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

8.14. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

#### **Qualificação Econômico-Financeira**

8.15. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples; 8.21. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

8.16. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando;

8.16.1. índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

8.16.2. capital Circulante Líquido ou Capital de Giro (Ativo Circulante - Passivo Circulante) de, no mínimo, 16,66% (dezesseis inteiros e sessenta e seis centésimos por cento) do valor estimado da contratação;

8.16.3. patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação;

8.16.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

8.16.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

8.17. Declaração do licitante, acompanhada da relação de compromissos assumidos, de que um doze avos dos contratos firmados com a Administração Pública e/ou com a iniciativa privada vigentes na data apresentação da proposta não é superior ao patrimônio líquido do licitante, observados os seguintes requisitos:

8.17.1. a declaração deve ser acompanhada da Demonstração do Resultado do Exercício (DRE), relativa ao último exercício social; e

8.17.2. caso a diferença entre a declaração e a receita bruta discriminada na Demonstração do Resultado do Exercício (DRE) apresentada seja superior a 10% (dez por cento), para mais ou para menos, o licitante deverá apresentar justificativas.

8.18. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

8.19. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

#### **Qualificação Técnica**

8.20. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;

8.20.1. A declaração acima poderá ser substituída por declaração formal assinada pelo responsável técnico do licitante acerca do conhecimento pleno das condições e peculiaridades da contratação.

8.21. Registro ou inscrição da empresa contratada no conselho profissional, em plena validade;

8.21.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.



### Qualificação Técnico-Operacional

8.22. Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

8.23. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

8.23.1. Deverá haver a comprovação da experiência mínima de 2 (dois) anos na prestação dos serviços, sendo aceito o somatório de atestados de períodos diferentes, não havendo obrigatoriedade de os anos serem ininterruptos;

8.23.2. Comprovação que já executou contrato(s) com um mínimo de 50% (cinquenta por cento) do número de postos de trabalho a serem contratados;

8.23.3 A exigência de atestados será restrita às parcelas de maior relevância ou valor significativo do objeto da licitação, assim consideradas as que tenham valor individual igual ou superior a 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação (art. 67, § 1º, da Lei nº 14.133/2021).

8.24. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo do serviço, a apresentação e o somatório de diferentes atestados de serviços executados de forma concomitante, pois essa situação equivale, para fins de comprovação de capacidade técnico-operacional, a uma única contratação, nos termos do item 10.9 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP n. 5/2017, aplicável por força da IN SEGES/ME nº 98/2022.

8.25. Os atestados de capacidade técnica podem ser apresentados em nome da matriz ou da filial da empresa licitante.

8.26. O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

8.27. Os atestados deverão referir-se a serviços prestados no âmbito de sua atividade econômica principal ou secundária especificadas no contrato social vigente;

8.28. Declaração de que o licitante possui ou instalará escritório em local (cidade/município) previamente definido pela Administração, a ser comprovado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias contado a partir da vigência do contrato.

8.29. Serão aceitos atestados ou outros documentos hábeis emitidos por entidades estrangeiras quando acompanhados de tradução para o português, salvo se comprovada a inidoneidade da entidade emissora.

8.30. A apresentação de certidões ou atestados de desempenho anterior emitido em favor de consórcio do qual tenha feito parte será admitido, desde que atendidos os requisitos do art. 67, §§ 10 e 11, da Lei nº 14.133/2021 e regulamentos sobre o tema.

### Qualificação Técnico-Profissional

8.31. Apresentar profissional(is), devidamente registrado(s) no conselho profissional competente, se assim exigir a legislação, detentor de atestado de responsabilidade técnica por execução de serviço de características semelhantes.

8.32. Deve a licitante apresentar relação de compromissos assumidos que importem em diminuição de pessoal técnico.

8.33. Não serão admitidos atestados de responsabilidade técnica de profissionais que, na forma de regulamento, tenham dado causa à aplicação das sanções previstas nos incisos III e IV do caput do art. 156 desta Lei em decorrência de orientação proposta, de prescrição técnica ou de qualquer ato profissional de sua responsabilidade.

8.34. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

## 9. Estimativas do Valor da Contratação

**Valor (R\$):** 1.989.261,31

### 9. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

9.1. O custo estimado total da contratação é de R\$ 1.989.261,31 (Um milhão novecentos e oitenta e nove mil duzentos e sessenta e um reais e trinta e um centavos).

## 10. Adequação orçamentária

### 10. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

10.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União **e serão detalhados no ato de contratação da empresa prestadora do serviço.**

## 11. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**SALMON CARLOS VITORINO**

Equipe de apoio



*Assinou eletronicamente em 17/11/2023 às 07:56:02.*

**ROBERTO CESAR BARROS CAMILO**

Equipe de apoio

## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - Anexo I \_ Modelo de IMR \_ Manutenção Predial.pdf (251.87 KB)
- Anexo II - Anexo II \_ Planilha de Uniformes.pdf (413.39 KB)
- Anexo III - ANEXO III \_ Modelo de Termo de Vistoria ou Renúncia.pdf (9.86 KB)
- Anexo IV - ETP12\_2023\_Manutenção e Apoio Administrativo\_Núcleo Leste Agreste.pdf (78.46 KB)



**Ministério da Educação**  
**Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte**  
**REITORIA**  
Rua Dr. Nilo Bezerra Ramalho, 1692, Tirol, Natal/RN - CEP 59015-300  
Fone: (84) 4005-0768, (84) 4005-0750

A-TR 8/2023 - DIAD/DG/CANG/RE/IFRN

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

**PROCESSO Nº 23426.001214.2022-11**

**CONTRATAÇÃO DE SERVIÇO COM DEDICAÇÃO DE MÃO DE OBRA EXCLUSIVA**

**IFRN - NÚCLEO LESTE / AGRESTE**  
**MODELO AGU: TERMO DE REFERÊNCIA**

**OBJETO:** Contratação de empresa terceirizada na prestação de serviços de manutenção de bens móveis e imóveis e apoio administrativo em geral, incluindo materiais e equipamentos necessários à execução adequada dos serviços, a serem executados com regime de dedicação exclusiva de mão de obra e atendendo necessidades do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - Núcleo Leste/Agreste

**EQUIPE RESPONSÁVEL PELA ELABORAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

<b>NOME</b>	<b>MATRÍCULA</b>
ROBERTO CESAR BARROS CAMILO	2333425
ARY TORRES DE ARAUJO NETO	1836860
SALMON CARLOS VITORINO	1761954

**APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA**

Aprovo o presente Termo de Referência, considerando os elementos que caracterizam o objeto, a necessidade da contratação, a aplicabilidade dos recursos públicos empregados, bem como os resultados esperados, conforme fundamentado nos autos.

22 de novembro de 2023

*(assinado eletronicamente)*  
**PAULO VITOR SILVA Matrícula**  
SIAPE nº 2691107  
Diretor Geral do *Campus* Parnamirim

Documento assinado eletronicamente por:

- **Salmon Carlos Vitorino**, **TECNOLOGO-FORMACAO**, em 22/11/2023 16:13:31.
- **Roberto Cesar Barros Camilo**, **AUX EM ADMINISTRACAO**, em 22/11/2023 16:16:17.
- **Ary Torres de Araujo Neto**, **ENGENHEIRO-AREA**, em 22/11/2023 16:16:29.
- **Paulo Vitor Silva**, **DIRETOR(A) GERAL - CD0002 - DG/PAR**, em 23/11/2023 09:01:26.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 22/11/2023. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 642272

Código de Autenticação: 69a90c9021



# Documento Digitalizado Público

## TERMO DE REFERENCIA - VERSÃO FINAL PARA PUBLICAÇÃO

**Assunto:** TERMO DE REFERENCIA - VERSÃO FINAL PARA PUBLICAÇÃO  
**Assinado por:** Sueldo Junior  
**Tipo do Documento:** Termo de Referência  
**Situação:** Finalizado  
**Nível de Acesso:** Público  
**Tipo do Conferência:** Documento Original

Documento assinado eletronicamente por:

- **Sueldo Lopes Camara Junior, DIRETOR(A) - CD0004 - DIAD/NC**, em 23/11/2023 09:43:50.

Este documento foi armazenado no SUAP em 23/11/2023. Para comprovar sua integridade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifrn.edu.br/verificar-documento-externo/> e forneça os dados abaixo:

**Código Verificador:** 1615420

**Código de Autenticação:** 6ed061b4ec

